Altos-comissários em S. Tomé e Cabo Verde ou a guerra transmudada em paz

«Apesar de considerar aliciante a missão que vos é confiada, que é a de preparar, na paz, na justiça e na tranquilidade, o acesso à independência dos territórios de Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe, estou certo de que ireis encontrar muitos escolhos e que precisareis de dedicar a essa missão todas as vossas inúmeras qualidades de trabalho, de sacrifício e de dedicação. Tenho a certeza de que, no decorrer dessa missão, tereis de enfrentar situações delicadas, resolver problemas complexos e difíceis que requerem decisão e muitas vezes rapidez, oportunidade e coragem» — estas afirmações foram, ontem, feitas em Belém pelo Presidente da República na cerimónia de posse dos dois altos-comissários para S. Tomé e Cabo Verde.

Estes são respectivamente o tenente-coronel Pires Veloso e o comodoro Almeida d'Eça, que assinaram o livro de posse perante o Presidente Costa Gomes assistindo ao acto o Primeiro-Ministro Vasco Gonçalves, o ministro Almeida Santos, o almirante Pinheiro de Azevedo e outros elementos da J. S. N. e do Conselho de Estado.

Prevê-se para sábado a posse do Governo de Transição de S. Tomé e Príncipe e, embora se admita em certos meios políticos, é pouco provável que o Governo de Transição de Cabo Verde venha a tomar posse na próxima semana, devido às festividades do Natal.

SÃO TOMÉ

O tenente-coronel Pires Veloso, até agora governador de S. Tomé e Príncipe, ao ser investido nas funções de alto-comissário do mesmo arquipélago pronunciou também um pequeno discurso.

Referindo-se à sua experiência como governador, afirmou:

«A linha que desenhei, segui-a inexoravelmente, apesar de todas as pressões, de todas as manobras, as mais subtis, especialmente por parte daqueles que não queriam ver o irreversível de um processo de descolonização, que o Programa do Movimento das Forças Armadas impunha de forma inequívoca. Não tenho dúvidas de que o caminho que tracei e segui não foi compreendido por uma minoria, mas a sua incompreensão admito-a e desculpo-a, já que, durante mais de 50 anos, as pessoas foram sujeitas a uma intensa acção psicológica a que era difícil não ceder, perante uma máquina de propaganda demolidora, toda orientada para que a cultura, as comodidades materiais, o bem-estar familiar, constituíssem privilégio apenas de uns poucos.»

E, mais adiante, acrescentou:

«Tenho pena de que alguns não tivessem sabido vencer dificuldades passageiras, embora por vezes penosas não tenham conseguido resistir a contrariedades superáveis, não tivessem sido suficientemente fortes para não se deixarem arrastar por mal intencionados ou pelos que, sem razões de facto, se tomaram de pânico, contagiando os outros, contribuindo assim para um clima emocional resultante de uma luta política, que obviamente nos obrigava a uma revisão de posições, impondo uma adaptação a novos condicionamentos de vida.

«Houve momentos particularmente delicados no período que passou, porque alguns, não olhando a meios para atingir os fins procuraram a todo o transe destruir, valendo-se de mentiras torpes e de uma teimosia de não querer abdicar de regalias imorais que um determinado sistema de governo lhes consentia, um trabalho que visava uma descolonização séria, desinteressada, harmónica, procurando defender as vidas e o bem-estar de cada um, tendo em atenção a vontade de dois povos.

«Só quem não conhecesse o actual S. Tomé e Príncipe poderia pensar que o povo não desejava a independência, que, aliás, se propunha alcançar fosse qual fosse o preço, embora o bom senso, a ponderação e inteligência dos mentores repudiassem a luta armada.»

CABO VERDE

Por sua vez, o comodoro Almeida de Eça, pronunciou também um pequeno discurso em que afirmou o espírito de missão que o há-de determinar.

A certa altura declarou:

«Muito haverá, sem dúvida, que fazer nos meses que estão à nossa frente. Se os problemas de natureza política ocupam, por certo, um lugar de relevo, não poderão monopolizar-se as questões económicas e sociais, as primeiras agravadas por anos sucessivos de secas, obrigando, consequentemente a um auxílio financeiro substancial, as segundas resultantes de uma estrutura ultrapassada, que urge rever à luz de um espírito humanista e renovador que felizmente faz vibrar a nação portuguesa.

«Conheço por experiência os espinhos de um processo de descolonização. Sei que grandes vão ser as dificuldades e que muitas das soluções adoptadas ficarão aquém dos nossos anseios.

«Mas espero que com a compreensão do povo de Cabo Verde, a colaboração dos seus elementos mais representativos, o apoio das forças militares e militarizadas, o Governo a que terei a honra de presidir possa levar a bom termo a tarefa de descolonização que lhe compete, num ambiente de ordem e dignidade.»

de Cabo Verde. O acto da assinatura do instrumento solene da declaração da independência será assinado na Cidade da Praia, em 5 de Julho de 1975, pelo presidente da Assembleia Constituinte e pelo Presidente da República Portuguesa, ou quem neste acto o represente.

«Resta acrescentar que do novo Governo de Transição farão parte ministros indicados pelo P.A.I.G.C., ou seja, pelo agrupamento que a O.N.U. e a O.U.A. reconhecem como legítimo representante do povo de Cabo Verde, e que adregou junto das populações uma posição de prestígio que seria de todo irrealista desconhecer. Pelo contrário, é da sua participação no Governo de Transição que hão-de fiar-se a ordem e a tranquilidade necessárias à preparação da livre consulta popular que há-de legitimar, por via democrática, o corpo de deputados destinado a receber a plenitude da soberania.

«A partir da posse do novo Governo de Transição, que terá lugar em breve, estarão criadas as condições para que Cabo Verde deixe de ser considerado como uma colónia, e passe a poder beneficiar do auxílio directo das agências especializadas e dos fundos de emergência da O.N.U., nisso se substituindo a Portugal, que não pode repetir, no futuro, o vultoso auxílio financeiro que ao território vem dispensando. Isto sem prejuízo da mais ampla cooperação em todos os domínios, até à independência e depois dela. E que descolonizar, para nós, não é abandonar. É respeitar e ajudar países de língua, cultura e sentimentos portugueses, que ensaiam os primeiros passos nos difíceis caminhos do autogoverno.»

Sobre o importante e oportuno caso dos funcionários (ditos «ultramarinos») Almeida Santos esclareceu:

«De enorme relevo se reveste também o diploma que criou, no Ministério da Coordenação Interterritorial, um quadro de adidos destinado a receber e canalizar, em certos termos, os funcionários que prestam serviço nos territórios ainda sob administração portuguesa, após o acesso destes à independência. Vai ao encontro de uma funda ansiedade. Surge após terem sido confrontadas enormes dificuldades, agora assumidas com decisão e coragem. O encargo financeiro potencial que o diploma representa não podia ser assumido sem madura ponderação. Confia-se em que os funcionários, agora libertos da prisão funcional, em que propendiam a julgar-se detidos, não agravem a situação do País e a sua própria, regressando sem razão fortemente determinante, mesmo depois da independência dos respectivos territórios. São ali eminentemente precisos e desejados. Vivem, estou certo disso, em terras que se habituaram a amar como suas e que, no futuro, pertencerão a países amigos do seu próprio País.

«É natural que o diploma, individualmente considerado, não dê a todos integral satisfação. Houve a preocupação — expressão de uma real necessidade — de não estimular deslocações inadequadas. Mas, considerado como solução para um conjunto que ultrapassa cem mil funcionários e oito milhões de contos de remuneração anual, não pode deixar de merecer o apreço e o aplauso daqueles a quem se dirige. Pessoalmente, sinto uma enorme alegria por termos contribuído para minorar o sentimento de ansiedade de milhares de funcionários que trabalharam e trabalham ao serviço de Portugal.»

AS CONCLUSÕES

Em apontamento final às suas palavras, o ministro concluiu:

«Assim se vai definindo, firme e honradamente, o processo político e o calendário da descolonização dos territórios sob administração portuguesa. Não tem sido, longe disso, uma tarefa cómoda. Mas as incompreensões e até as inimizades que tem despertado, são regiamente compensadas, com sálido gáo a história anotará, pela honra de confirmar Portugal.»

Deste modo, podem tirar-se as seguintes conclusões:

A Guiné-Bissau é já uma nova Pátria de expressão Portuguesa, em cooperação e amizade.

Moçambique, S. Tomé e Príncipe e Cabo Verde, sê-lo-ão a prazo certo: 25 de Junho, 12 de Julho e 5 de Julho de 1975, respectivamente.

Angola, já em paz, aproxima-se do seu próprio Governo de transição e da fixação do glorioso dia que a história há-de assinalar como o do nascimento de uma grande e poderosa nação.

Timor verá também em breve definido o seu futuro.

E assim — como manifestou Almeida Santos — que mais não houvesse (e bem sabemos quanto há) estaria justificado o 25 de Abril.

Foto Octávio Paive

O comodoro Almeida d'Eça, alto-comissário de Cabo Verde, falando no acto de posse

A descolonização que temos feito segundo o ministro Almeida Santos

Na mesma cerimónia, falou o dr. Almeida Santos que após palavras de exaltação e renúncia ao Presidente da República, que «dirige com exemplar abnegação e coragem um Povo e um Governo à procura da dignidade e do tempo perdidos», afirmou:

«E esse também o caso do processo de descolonização em que nos encontramos empenhados. A mesma ausência de perspectiva histórica que ditou a perdimento da situação colonial até à beira do abismo político e económico, conduz alguns portugueses — não necessariamente mais — a trocar em moeda de entramento individual e presente o que só será justamente avaliado em termos de felicidade colectiva e, em parte, futura. Digo em parte porque a felicidade por menos políticos da situação colonial, ditadas por meios violentos, já nos permitiu colher a graça de algum bem.»

«Desde logo a guerra transmudada em paz. Que cada português momentaneamente privado de sábima tranquilidade pense na segurança das vidas de milhares de soldados, a caminho da recuperação pura as batalhas da paz. Que cada colono, privado de privilégios ou situações vantajosas, pense na mobilização de cerca de 25 milhões de contos, ou seja de 40 por cento do orçamento do Estado, para as tarefas de reconstrução nacional. Que cada ultramarino que julga traído o seu destino de emigrante admita honradamente que a defesa da felicidade de todos passa necessariamente pelo sacrifício de alguns.»

O ministro referiu-se em seguida ao processo de descolonização, tendo chegado a afirmar o seguinte: «Rendidos embora pela fatalidade do nacionalismo africano —, que no entanto recusavam enquanto beneficiários da situação colonial — apegam-se alguns à miragem de que teria sido possível conceber formas menos danosas de descolonização. Nessa linha de agiotagem sentimental, cultivam a indignação dos que, por impreparação política, ou por servidão de egoísmos aliciantes, oferecem próprio meio de cultura a formas irracionais de reacção ou de protesto. Os negociadores, e em pano de fundo o Governo, surgem aí como comodos bodes expiatórios».

E acrescentou:

«A descolonização que temos feito e continuaremos a fazer, e a que, sem vitórias nem derrotas a que devemos acatamento, não despreza as realidades que se nos deparam. Realidades que, por as termos herdado, nos não são imputáveis. Mas que nem por isso eximem de invocar, quando acontece que, justificando embora o processo, põem em causa a honra nacional.»

ALTOS-COMISSÁRIOS

Almeida Santos, dirigindo-se directamente aos altos-comissários de S. Tomé e Cabo Verde, indicou:

«É a quarta vez que em breve espaço de tempo, nesta sala se ouve este nome que ressoa a uma promessa criminosamente decepada. Altos-comissários se chamavam os grandes capitães de África que, na agonia da monarquia, e durante a Primeira República, encabeçaram a tendência autonomizante de que fomos precursores. Vinha ainda longe o nacionalismo africano. Pois já então presentíamos que a solução achada para o Brasil era a solução e o caminho. Os poderes do autogoverno então conferidos a Angola e Moçambique, terão parecido irresponsável temeridade aos nossos compatriotas do xadrez africano. Não era. Era sim a prefiguração de que se avizinhava uma nova etapa da libertação dos homens e dos povos. Simplesmente estava reservado a quem sempre se antecipara, o injusto castigo de retroceder. Durante meio século, fomos compelidos a ser a falsa tradição, o imobilismo a rotina. Condenados a ver passar o comboio do progresso, acenamo-nos de armas na mão, a morrer e a matar, a destruir e a ser destruídos em nome do direito de continuarmos parados à espera de um messias que salvasse o mundo e a civilização das efeitos maléficos da árvore da ciência.

«Retomou-se agora o velho trilho em moldes de vocação renovada. Vão Vossas Excelências, com o mesmo nome e, sobretudo, os mesmos poderes, já não propriamente governar, mas passar o testemunho da função governativa a quem, dentro em breve, terá de assumir sozinho as graves responsabilidades da governação. É delicada e difícil, embora honrosa, a vossa missão. Requer maleabilidade de espírito, firmeza de vontade, imaginação criadora, conhecimento dos homens e dos povos. Não vos falta nenhum desses atributos. Mas porque é pesada a responsabilidade assumida como representantes locais de uma soberania que dispõe apenas de seis meses para refazer a sua própria imagem, agradeço a vossa sacrifício e enalteço a vossa coragem.

«Nem sempre é fácil compreender e abdicar. E é nisso que essencialmente se descobre a vossa missão de agora. Fizemos descoberta, fizemos conquista, fizemos cristandade, fizemos comércio, fizemos guerra. Cabe-vos fazer tolerância, amizade, cooperação e paz. Desejo que o Novo Portugal encontre em vós fiéis e felizes intérpretes do seu novo ideário e do seu novo querer.»

OS FUNCIONÁRIOS

Dois marcos de assinalável relevo, foi como o ministro da Coordenação Interterritorial classificou o novo Estatuto Orgânico de Cabo Verde e o novo diploma que regerá, no futuro, a situação dos funcionários em serviço nos territórios ainda sob administração portuguesa.

Sobre Cabo Verde, Almeida Santos deduziu:

«Cabo Verde passa agora a ser governado por um alto-comissário, que desempenhara as funções de chefe do Governo, e por cinco ministros encarregados dos negócios de um ou mais departamentos ministeriais. Ressalvadas as limitações inerentes à retenção transitória da soberania, o novo Governo de Transição de Cabo Verde deterá a plenitude do poder executivo e legislativo relativamente ao território, que assume desde já a designação de Estado.

«É dever de honra desse Governo, Cabo Verde a caminho, em 20 de Junho de 1975, por sufrágio directo e universal, de uma assembleia popular, dotada de poderes soberanos e constituintes, encarregada de elaborar, no respeito pois da vontade da maioria dos cabo-verdianos, a futura constituição do território, e de declarar, em 5 de Julho de 1975, a independência do Estado

A Comissão de Descolonização discutiu Angola e Cabo Verde

A Comissão Nacional de Descolonização reuniu-se, ontem, em Belém, estando presentes, além dos seus membros, o almirante Pinheiro de Azevedo e o brigadeiro Silva Cardoso.

Estava na agenda a situação em Angola, o que explica a participação deste último oficial na reunião, pois o brigadeiro Silva Cardoso é membro do Conselho de Defesa e Segurança de Angola.

No fim dos trabalhos, o ministro Almeida Santos afirmou não estarem ainda marcados nem o local nem a data da Cimeira dos Quatro (Portugal, M. P. L. A., UNITA e F. N. L. A.).

«Estamos a procurar — continuou o ministro — que seja o mais rapidamente possível, porque não estamos de modo nenhum interessados em protelar a data da definição do futuro de Angola.»

Confiante na superação, em breve, das últimas dificuldades surgidas no caminho das negociações, visto tratar-se de um processo que engloba três movimentos de libertação, Almeida Santos declarou:

«Estou convencido de que os próprios movimentos hão-de acabar por concluir que, sem uma reunião e sem superarem as divergências relativas que ainda os separam, não é possível chegarmos a uma solução para Angola.»

«Que diz o sr. ministro — perguntámos —das declarações contraditórias da Unita e da F. N. L. A. acerca do seu discurso na O. N. U.?»

«Eu só conheço as declarações que têm vindo na Imprensa e não me parece que se ajustem bem umas às outras. Mas isso não me espanta na medida em que, naturalmente, é muito difícil haver uma coordenação perfeita entre os dois movimentos. Estão sediados em lugares diferentes e é possível que haja, portanto, descoordenação de dados e até de informações ou mesmo que haja má interpretação.»

«Como interpreta o facto de o M. P. L. A. não ter feito qualquer declaração sobre este assunto?»

«O dr. Agostinho Neto é uma pessoa consabidamente reservada. É natural que isso possa explicar a falta de declarações dele. Mas não creio que este incidente se revista de grande significado.

Segredo sobre a missão de Mobutu na China

PEQUIM, 18. — Mobutu Sese Seko, presidente da República do Zaire, deve deixar amanhã a China Popular, desconhecendo-se, de momento, para onde seguirá.

Como se sabe, o estadista zairense foi recebido por Mao Tsé Tung, visitou no hospital o primeiro-ministro, Chu En Lai, e conferenciou por três vezes com o vice-primeiro-ministro Teng Hsiao-Ping.

Da entrevista com Mao dá-se grande relevo no jornal oficial, «Diário do Povo». O relato, em primeira página, é acompanhado de uma fotografia dos dois dirigentes trocando um aperto de mão.

Quanto às conversações com Teng, não foram divulgados os respectivos tópicos, mas os observadores presumem que se tenham debruçado, principalmente, sobre a política africana a situação rodesiana e a atitude da África do Sul relativamente aos países da África negra. Outros temas, teriam sido a política externa da União Soviética e dos Estados Unidos — que a China considera essencialmente agressiva e expansionista — e a crise económica mundial. — (R.)

Confrontação Mali-Alto Volta

UAGADUGU, 18. — «As tropas do Mali que penetraram em território do Alto Volta instalaram-se ao longo de toda a zona contestada, tomando o nosso exército posição para impedir o seu avanço», anunciou hoje em Uagadugu Felix Tiemtarboum, presidente da Comissão de Informação Militar do Alto Volta.

Acrescentou que os movimentos das tropas do Alto Volta «estão a ser dificultados pelo facto de os agressores terem queimado a savana para nos obrigarem a manobrar em terreno descoberto».

O general Gnassingbe Eyadema, presidente do Togo, chegou, entretanto, a Uagadugu, procedente de Bamako, para tentar desempenhar um papel de medianeiro.—(*F. P.*)

PLANTO

Terra rica colheita farta... com FERTHUMUS

FERTHUMUS é um composto, resultante do tratamento dos lixos de Lisboa, com cerca de 45% de matéria orgânica que fertiliza e enriquece as terras aumentando as colheitas.

Melhor do que todos os estrumes, é o corrective orgânico mais barato do mercado, pode-se misturar com os adubos melhorando-lhes até grandemente a eficácia. Transporta-se e aplica-se facilmente.

Peça-o nas organizações da Lavoura e Comércio da especialidade.

FERTHUMUS dá à terra o que é da terra

fedra

Distribuição a cargo da Comissão Liquidatária da FEDERAÇÃO DOS GRÉMIOS DA LAVOURA DA PROVÍNCIA DA ESTREMADURA

Rua Damasceno Monteiro, 77-A e B—LISBOA 1—Telefs. 84 68 46/7

COMPRE UM VAUXHALL DIESEL

Vauxhall Diesel.
O lucro de comprar um grande carro por um preço compensador.
Espaçoso, confortável, cómodo, o Vauxhall Diesel tem exactamente o que se pede a um táxi.
Vauxhall Diesel, um carro para verdadeiros profissionais, equipado com motor Opel. Um motor potente, rápido, resistente, exactamente o que se pede a um motor de táxi.
Vauxhall Diesel, um grande carro com um grande motor, a um preço verdadeiramente convidativo.
Vauxhall Diesel nos modelos 1800 L e 2300 SL.
Um carro em que só o preço é já uma certeza de lucro antecipado.

PREÇOS DESDE 199.091$50

O SEU LUCRO COMEÇA NA DIFERENÇA DE PREÇO

GM

AUTO-INDUSTRIAL S.A.R.L. LISBOA - Av. D. João de Loule, 93-95 R - Tel 53802-525551/ESTORIL - Av. de Nice - Tel 263550-263396/COIMBRA - Tel 24521/LEIRIA - Tel 24061/CALDAS DA RAINHA - Tel 22866/TORRES VEDRAS - Tel 22800